



Projeto Pedagógico de Curso
Pós-Graduação EAD Lato Sensu
Direito notarial e registral

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	1
2. Características Técnicas do Curso	1
3. Público Alvo	1
4. Critérios de Seleção	1
5. Justificativa do curso	2
6. Objetivos do curso	2
7. Competências e habilidades do curso	2
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	2
9. Estágio Não Obrigatório	5
10. Matriz Curricular	6
11. Carga Horária.....	6
12. Conteúdo programático	6
13. Infraestrutura Física e Pedagógica	19

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito notarial e registral

Grande área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (60000007)

Área de Avaliação CAPES: Direito

Área do Conhecimento CAPES: Direito Civil (60103019) e Direito Processual Civil (60102047)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número Máximo de Vagas por Polo/Unidade: 100

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso se destina aos profissionais da área do Direito com atuação nas áreas notarial e registral, nas esferas extrajudicial e/ou judicial.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do curso

A atividade notarial e de registro permeia toda a atividade jurídica, seja no Direito Público, seja no Privado, tendo como finalidades a segurança, a autenticidade, a publicidade e a eficácia dos atos e fatos. Revela-se, assim, como instituição fundamental para o bom desenvolvimento do Direito, do Estado e da Sociedade, todavia, pouco explorada nas graduações em Direito, o que faz que o conhecimento da área seja pouco difundido e a bibliografia seja bastante escassa. Por tal motivo, promove-se a pós-graduação na área com o intuito de difundir o conhecimento e fomentar a produção bibliográfica.

6. Objetivos do curso

Formar profissionais da área do Direito para atuação e desenvolvimento do conhecimento na área notarial e registral. Apresentar aos profissionais, titulares e escreventes de serventias notariais as matérias específicas e as regras mais atualizadas para a atuação na área.

7. Competências e habilidades do curso

Competências:

Discutir os temas atinentes à área notarial e registral de maneira a promover o desenvolvimento da matéria de forma interdisciplinar.

Habilidades:

- Capacidade de entender, prevenir e mediar conflitos
- utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Percepção e leitura da realidade que circunda o jurista

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;

- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).

- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES

nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de

pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Parte geral	0h	40h	40h
Registro civil de pessoas naturais 1	0h	40h	40h
Registro civil de pessoas naturais 2	0h	40h	40h
Tabelionato de notas 1	0h	40h	40h
Tabelionato de notas 2	0h	40h	40h
Tabelionato de protestos de letras e títulos	0h	40h	40h
Registro de imóveis 1	0h	40h	40h
Registro de imóveis 2	0h	40h	40h
Registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas	0h	40h	40h

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal.

Disponível em:

<http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <

http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Parte geral

Ementa: Institutos jurídicos comuns a todas as especialidades de serviços notariais e registrais, apresentando o sistema, suas previsões constitucionais (artigo 236 da Constituição Federal) e legal (Lei 8.935/94), bem como sua interpretação pela jurisprudência e pela doutrina; Deontologia, as questões tributárias e as questões tecnológicas atinentes à atividade notarial e de registro.

Conteúdo Programático 1: Natureza Jurídica da Delegação

Conteúdo Programático 2: Ética e Deontologia do Notário e Registrador

Conteúdo Programático 3: Disciplina Constitucional Da Delegação De Notas E Registros Públicos

Conteúdo Programático 4: Notários E Registradores

Bibliografia Básica:

Direito Notarial e Registral. Coordenador: Roberto Paulino, Salvador: Juspodivm, 2016. (Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 11. Coordenador Geral: Fredie Didier Jr.)

Introdução ao direito notarial e registral / Décio Antônio Erpen. [et al.]; coordenação Ricardo Dip. Porto Alegre: IRIB: Fabris, 2004.

RIBEIRO, Luís Paulo Aliende. Regulação da função pública notarial e de registro. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIP, Ricardo Henry Marques. Direito administrativo registral. São Paulo: Saraiva, 2010 (série direito registral e notarial).

MANGIERI, Francisco Ramos. ISS: Teoria, Prática e Questões Polêmicas. 5ª Edição. Ed. Edipro: São Paulo, 2017.

HARADA, Kiyoshi. ITBI Doutrina e Prática. 2ª Edição. Editora Atlas. São Paulo: 2016.

Demais referências:

ASSUMPÇÃO, Letícia Franco Maculan. Função notarial e de registro: concurso público, regime jurídico e responsabilidade civil. Porto Alegre: Núria Fabris Ed., 2011.

DIP, Ricardo Henry Marques. Da ética geral à ética profissional dos registradores prediais. 4ª ed. eletrônica. In <http://arisp.files.wordpress.com/2007/12/da-etica-geral-rd.pdf>

MACHADO, Robson. Os Caminhos do Documento Eletrônico no Brasil. Ed. Impetus: 2010.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 38ª Ed. Malheiros: São Paulo, 2017.

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 31ª ed. Malheiros: São Paulo, 2017.

Disciplina: Registro civil de pessoas naturais 1

Ementa: Institutos jurídicos referentes ao Registro Civil das Pessoas Naturais, seus princípios e sua repercussão na cidadania, nas informações estatísticas e no estado da pessoa natural. Debatem-se, também, temas relativos ao registro de nascimento e aos registros do Livro “E”.

Conteúdo Programático 1: Dimensões Do Registro Civil De Pessoas Naturais, Princípios E Finalidade

Conteúdo Programático 2: Registro Nascimento – Filiação e outros Atos Praticados no Registro de Nascimento

Conteúdo Programático 3: Livro “E”

Conteúdo Programático 4: Registro Nascimento Procedimentos

Bibliografia Básica:

Direito Notarial e Registral. Coordenador: Roberto Paulino, Salvador: Juspodivm, 2016. (Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 11. Coordenador Geral: Fredie Didier Jr.)

Código Civil Comentado – Doutrina e jurisprudência. Coord. César Peluso. 10ª ed. rev. e atual. Manole: São Paulo, 2016.

KÜMPEL, Vitor Frederico, *et al.* Tratado Notarial e Registral. Volume II. São Paulo: YK Editora, 2017.

SANTOS, Reinaldo Velloso dos. Registro civil das pessoas naturais. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2006.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Parte Geral. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos Comentada. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 10ª ed. rev e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRANDELLI, Leonardo. Nome Civil da Pessoa Natural. São Paulo: Saraiva, 2012.

CASSETTARI, Christiano. Elementos de Direito Civil. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

Demais referências:

Camargo Neto, Mario de Carvalho. Registro Civil das Pessoas Naturais: Parte Geral e Registro de Nascimento, volume 1. Mario de Carvalho Camargo Neto, Marcelo Salaroli de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 2014.

CLÁPIS, Alexandre Laizo. Lei de registros públicos comentada: coordenação José Manuel de Arruda Alvim Neto, Alexandre Laizo Clápis, Everaldo Augusto Cambler – Rio de Janeiro, Forense: 2014

Disciplina: Registro civil de pessoas naturais 2

Ementa: Institutos jurídicos relativos ao Registro de Casamento, Registro de óbito, às Certidões e ao Direito Internacional Privado.

Conteúdo Programático 1: Habilitação e Casamento

Conteúdo Programático 2: Óbito

Conteúdo Programático 3: Trasladação de Atos no Registro Civil e Direito Internacional Privado

Conteúdo Programático 4: Atualidades do Registro Civil

Bibliografia Básica:

Direito Notarial e Registral. Coordenador: Roberto Paulino, Salvador: Juspodivm, 2016. (Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 11. Coordenador Geral: Fredie Didier Jr.)

Código Civil Comentado – Doutrina e jurisprudência. Coord. César Peluso. 10ª ed. rev. e atual. Manole: São Paulo, 2016.

KÜMPEL, Vitor Frederico, *et al.* Tratado Notarial e Registral. Volume II. São Paulo: YK Editora, 2017.

SANTOS, Reinaldo Velloso dos. Registro civil das pessoas naturais. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2006.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Parte Geral. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos Comentada. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 10ª ed. rev e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRANDELLI, Leonardo. Nome Civil da Pessoa Natural. São Paulo: Saraiva, 2012.

Demais referências:

CASSETTARI, Christiano. Elementos de Direito Civil. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

CLÁPIS, Alexandre Laizo. Lei de registros públicos comentada: coordenação José Manuel de Arruda Alvim Neto, Alexandre Laizo Clápis, Everaldo Augusto Cambler – Rio de Janeiro, Forense: 2014.

Disciplina: Tabelionato de notas 1

Ementa: Princípios aplicáveis ao Tabelionato de Notas e as questões relativas a Escritura e instrumento público, Ata Notarial, Testamento e Revogação.

Conteúdo Programático 1: Notas, Princípios E Finalidade

Conteúdo Programático 2: Escritura e Instrumento Público

Conteúdo Programático 3: Compra e Venda e Compromisso de Compra e Venda

Conteúdo Programático 4: Compra e Venda e Compromisso de Compra e Venda

Bibliografia Básica:

Direito Notarial e Registral. Coordenador: Roberto Paulino, Salvador: Juspodivm, 2016. (Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 11. Coordenador Geral: Fredie Didier Jr.)

KÜMPEL, Vitor Frederico, *et al.* Tratado Notarial e Registral. Volume III. São Paulo: YK Editora, 2017.

REZENDE, Afonso Celso Furtado de. Tabelionato de notas e o notário perfeito. 7ª ed. Campinas, SP: Millenium Editora, 2013.

PARADA, Deise Maria Galvão. Regime de Bens entre Cônjuges. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Volume 3. Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie, 12ª ed. São Paulo: Ed. GEN/Método, 2017.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Volume 2. Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil, 12ª ed. São Paulo: Ed. GEN/Método, 2017.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Volume 6. Direito das Sucessões, 10ª ed. São Paulo: Ed. GEN/Método, 2017.

RODRIGUES, Felipe Leonardo. Tabelionato de Notas. Felipe Leonardo Rodrigues, Paulo Roberto Gaiger Ferreira. São Paulo: Saraiva, 2013.

Demais referências:

Introdução ao direito notarial e registral / Décio Antônio Erpen. [et al.]; coordenação Ricardo Dip. Porto Alegre: IRIB: Fabris, 2004.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Volume 5. Direito de Família, 12ª ed. São Paulo: Ed. GEN/Método, 2017.

BRANDELLI, Leonardo. Teoria geral do direito notarial: 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: contratos em espécie. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

RODRIGUES, Elza de Faria. Testamentos: Teoria e Prática. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

CASSETTARI, Christiano. Elementos de Direito Civil. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

CASSETTARI, Christiano. Separação, Divórcio e Inventário por Escritura Pública. São Paulo: Método, 2015.

Disciplina: Tabelionato de notas 2

Ementa: Questões relativas ao Mandato, Separação, Divórcio e Inventário, Compra e Venda, Doação: Conceito e Natureza jurídica, entre outros.

Conteúdo Programático 1: Mandato

Conteúdo Programático 2: Separação, Divórcio e Inventário

Conteúdo Programático 3: Ata Notarial

Conteúdo Programático 4: Testamento e Revogação

Bibliografia Básica:

Direito Notarial e Registral. Coordenador: Roberto Paulino, Salvador: Juspodivm, 2016. (Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 11. Coordenador Geral: Fredie Didier Jr.)

KÜMPEL, Vitor Frederico, *et al.* Tratado Notarial e Registral. Volume III. São Paulo: YK Editora, 2017.

REZENDE, Afonso Celso Furtado de. Tabelionato de notas e o notário perfeito. 7ª ed. Campinas, SP: Millenium Editora, 2013.

PARADA, Deise Maria Galvão. Regime de Bens entre Cônjuges. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Volume 3. Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie, 12ª ed. São Paulo: Ed. GEN/Método, 2017.

_____. Direito Civil. Volume 2. Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil, 12ª ed. São Paulo: Ed. GEN/Método, 2017.

_____. Direito Civil. Volume 6. Direito das Sucessões, 10ª ed. São Paulo: Ed. GEN/Método, 2017.

_____. Direito Civil. Volume 5. Direito de Família, 12ª ed. São Paulo: Ed. GEN/Método, 2017.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: contratos em espécie. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BRANDELLI, Leonardo. Teoria geral do direito notarial: 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Demais referências:

Introdução ao direito notarial e registral / Décio Antônio Erpen. [et al.]; coordenação Ricardo Dip. Porto Alegre: IRIB: Fabris, 2004.

RODRIGUES, Elza de Faria. Testamentos: Teoria e Prática. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

CASSETTARI, Christiano. Elementos de Direito Civil. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. Separação, Divórcio e Inventário por Escritura Pública. São Paulo: Método, 2015.

RODRIGUES, Felipe Leonardo. Tabelionato de Notas. Felipe Leonardo Rodrigues, Paulo Roberto Gaiger Ferreira. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, Leandro Alves da. Tecnologias da Informação e Comunicação. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.

Disciplina: Tabelionato de protesto de letras e títulos

Ementa: Atividade do Tabelião de Protesto, seus princípios e finalidades. O procedimento de protesto, os documentos protestáveis e sua repercussão social.

Conteúdo Programático 1: Títulos De Crédito E Protesto

Conteúdo Programático 2: O Protesto E Sua Finalidade

Conteúdo Programático 3: Classificação Do Protesto

Conteúdo Programático 4: Procedimento Do Protesto

Bibliografia Básica:

Direito Notarial e Registral. Coordenador: Roberto Paulino, Salvador: Juspodivm, 2016. (Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 11. Coordenador Geral: Fredie Didier Jr.)

KÜMPEL, Vitor Frederico, *et al.* Tratado Notarial e Registral. Volume IV. São Paulo: YK Editora, 2017.

BUENO, Sérgio Luiz José. Tabelionato de Protesto. Coleção Cartórios – coordenação Christiano Cassettari. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

Demais referências:

MORAES, Emanuel Macabu. Protesto Notarial: títulos de créditos e documentos de dívidas. 2.ed. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2010.

Introdução ao direito notarial e registral / Décio Antônio Erpen... [et al.]; coordenação Ricardo Dip. Porto Alegre: IRIB: Fabris, 2004.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial, 2ª Vol. 32ª ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

Disciplina: Registro de imóveis 1

Ementa: Princípios e conceito da atividade de Registro de Imóveis; imóveis rurais e sua aquisição por estrangeiro, as relações do registro com a proteção do meio ambiente; e os Direitos de Uso, Gozo e Fruição.

Conteúdo Programático 1: Histórico, Noções Iniciais E Princípios Da Atividade De Registro De Imóveis

Conteúdo Programático 2: Da Escrituração No Registro De Imóveis, E Aquisição De Imóveis Rurais Por Estrangeiro

Conteúdo Programático 3: Relação Do Registro De Imóveis Com A Proteção Do Meio Ambiente

Conteúdo Programático 4: Direitos De Uso, Gozo E Fruição, E Sua Relação Com O Registro De Imóveis

Bibliografia Básica:

Direito Notarial e Registral. Coordenador: Roberto Paulino, Salvador: Juspodivm, 2016. (Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 11. Coordenador Geral: Fredie Didier Jr.)

SERRA, Marcio Guerra. Registro de Imóveis I: Parte Geral. Marcio Guerra Serra, Monete Hipólito Serra. São Paulo, Saraiva: 2016.

SERRA, Marcio Guerra. Registro de Imóveis II: Atos Ordinários. Marcio Guerra Serra, Monete Hipólito Serra. São Paulo, Saraiva: 2016.

CLÁPIS, Alexandre Laizo. Lei de registros públicos comentada: coordenação José Manuel de Arruda Alvim Neto, Alexandre Laizo Clápis, Everaldo Augusto Cambler – Rio de Janeiro, Forense: 2014.

DINIZ, Maria Helena. Sistemas de Registros de Imóveis. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Volume 5. Direito de Família, 12ª ed. São Paulo: Ed. GEN/Método, 2017.

_____. Direito Civil. Volume 4. Direito das Coisas, 9ª ed. São Paulo: Ed. GEN/Método, 2017.

ROCHA, Olavo Acyr de Lima. O imóvel rural e o estrangeiro. São Paulo: LTr: 1999.

FIORANELLI, Ademar. Direito Registral Imobiliário. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2001.

Demais referências:

PARADA, Deise Maria Galvão. Regime de Bens entre Cônjuges. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

Introdução ao direito notarial e registral / Décio Antônio Erpen... [et al.]; coordenação Ricardo Dip. Porto Alegre: IRIB: Fabris, 2004.

CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos Comentada. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TUTIKIAN, Cláudia Fonseca; TIMM, Luciano Benetti e PAIVA, João Pedro Lammana (coord.) – Novo Direito Imobiliário e Registral – 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

KONNO, Alyne Yumi. O direito real de usufruto no registro de imóveis. São Paulo: Memória Jurídica Editora, 2008.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. Cláusulas de Inalienabilidade, Incomunicabilidade e Impenhorabilidade. 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

SERRA, Marcio Guerra. Registro de Imóveis III: Procedimentos Especiais. Marcio Guerra Serra, Monete Hipólito Serra. São Paulo, Saraiva: 2016.

Disciplina: Registro de imóveis 2

Ementa: Debater a matéria atinente ao Registro de Imóveis, especificamente os temas de Garantias no Registro de Imóveis: Penhor, Hipoteca, Anticrese e Alienação Fiduciária; Incorporação e Condomínio; Parcelamento do Solo Urbano; Retificação e Georreferenciamento.

Conteúdo Programático 1: Garantias Reais E Sua Relação Com O Registro De Imóveis

Conteúdo Programático 2: Incorporação E Condomínio No Registro De Imóveis

Conteúdo Programático 3: Parcelamento Do Solo Urbano

Conteúdo Programático 4: Retificação E Georreferenciamento

Bibliografia Básica:

Direito Notarial e Registral. Coordenador: Roberto Paulino, Salvador: Juspodivm, 2016. (Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 11. Coordenador Geral: Fredie Didier Jr.)

SERRA, Marcio Guerra. Registro de Imóveis I: Parte Geral. Marcio Guerra Serra, Monete Hipólito Serra. São Paulo, Saraiva: 2016.

SERRA, Marcio Guerra. Registro de Imóveis II: Atos Ordinários. Marcio Guerra Serra, Monete Hipólito Serra. São Paulo, Saraiva: 2016.

SERRA, Marcio Guerra. Registro de Imóveis III: Procedimentos Especiais. Marcio Guerra Serra, Monete Hipólito Serra. São Paulo, Saraiva: 2016

CLÁPIS, Alexandre Laizo. Lei de registros públicos comentada: coordenação José Manuel de Arruda Alvim Neto, Alexandre Laizo Clápis, Everaldo Augusto Cambler – Rio de Janeiro, Forense: 2014.

RIZZARDO, Arnaldo. Condomínio edilício e incorporação imobiliária. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

RIZZARDO, Arnaldo. Promessa de Compra e Venda e Parcelamento do Solo Urbano. Leis 6.766/79 e 9.785/99. 10ª ed. revista e atualizada. Ed. RT: São Paulo, 2014.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Volume 4. Direito das Coisas, 9ª ed. São Paulo: Ed. GEN/Método, 2017.

DINIZ, Maria Helena. Sistemas de Registros de Imóveis. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos Comentada. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FIORANELLI, Ademar. Direito Registral Imobiliário. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2001.

Demais referências:

TUTIKIAN, Cláudia Fonseca; TIMM, Luciano Benetti e PAIVA, João Pedro Lammana (coord.) – Novo Direito Imobiliário e Registral – 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

AUGUSTO, Eduardo Agostinho Arruda. Manual Básico Retificação de Registro e Georreferenciamento. Comentários, modelos e legislação. In <http://gasparimsat.com.br/site/wp-content/uploads/2011/09/Manual-de-Retificacao-e-Georreferenciamento.pdf>

GHEZZI, Leandro Leal. A incorporação imobiliária à luz do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora RT, 2011.

Disciplina: Registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas

Ementa: Temas relativos à atividade de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Títulos e Documentos e o fenômeno jurídico como um dos elementos da vida social.

Conteúdo Programático 1: Registro Civil de Pessoas Jurídicas I

Conteúdo Programático 2: Registro Civil de Pessoas Jurídicas II

Conteúdo Programático 3: Registro de Títulos e Documentos I

Conteúdo Programático 4: Registro de Títulos e Documentos II

Bibliografia Básica:

Direito Notarial e Registral. Coordenador: Roberto Paulino, Salvador: Juspodivm, 2016. (Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 11. Coordenador Geral: Fredie Didier Jr.)

KÜMPEL, Vitor Frederico, *et al.* Tratado Notarial e Registral. Volume IV. São Paulo: YK Editora, 2017.

BALBINO FILHO, Nicolau. Contratos e Notificações no registro de títulos e documentos: doutrina, legislação, prática. 6ª ed. ver. E atual – São Paulo: Saraiva, 2010.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Volume 3. Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie, 12ª ed. São Paulo: Ed. GEN/Método, 2017.

_____. Direito Civil. Volume 2. Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil, 12ª ed. São Paulo: Ed. GEN/Método, 2017.

Demais referências:

CLÁPIS, Alexandre Laizo. Lei de registros públicos comentada: coordenação José Manuel de Arruda Alvim Neto, Alexandre Laizo Clápis, Everaldo Augusto Cambler – Rio de Janeiro, Forense: 2014.

PAIVA, João Pedro Lamana. Registro Civil de Pessoas Jurídicas. João Pedro Lamana Paiva, Pércio Brasil Alves. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

PAIVA, João Pedro Lamana. Registro de Títulos e Documentos. João Pedro Lamana Paiva, Pécio Brasil Alves. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

Processador Intel Core 2 Duo ou superior.

2Gb de Memória RAM.

Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.

Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).

Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.

Adobe Flash Player (atualizado).

Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.



